



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: DAS BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS PARA EXECUÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE

KLEIN, Carine Leal^{1 3}; DILL Ricardo Eugênio^{1 3}; LOEBENS, Luiza¹;
MORESCO, Terimar Ruoso.²

Resumo: O projeto político pedagógico corresponde a um documento através do qual a escola organiza de maneira formal sua proposta de trabalho, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. O objetivo deste trabalho é analisar a gestão democrática e o projeto político pedagógico em uma Escola de Ensino Básico de Palmeira das Missões/RS para buscar subsídios acerca das questões que os norteiam, bem como sua construção e aplicabilidade no espaço escolar. O desenvolvimento do estudo contou com métodos quantitativo-descritivo, revisão bibliográfica, trabalho de campo e documental. Pode-se observar que a escola tem cumprido a lei que institui a necessidade de elaboração do projeto pedagógico, apesar de não haver compreensão de sua real finalidade para a prática escolar.

Palavras-chave: Proposta. Gestão. Escola.

Abstract: The political-pedagogic project is a document that orients the school to organize his work formally, being the mediator of decisions, actions and of the analysis of its results and impacts. The purpose of this study is to analyze the democratic management and the political-pedagogic projects in a School of Basic Education of Palmeira das Missões/RS, and to search for elements that guide its construction and applicability in school. The development of this study used descriptive, qualitative methods, bibliographic review, fieldwork and documental. It was observed that the school obey the law that establishing the requirement to create a pedagogical project, although there isn't the understanding of its real function in the school.

Key Words: Proposal. Management. School.

¹ Acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Campus de Palmeira das Missões, Av. Independência n03751, Palmeira das Missões, RS, Brasil. carine_leal@hotmail.com

² Professora do Curso de Ciências Biológicas, UFSM, Palmeira das Missões. terimarm@hotmail.com

³ Bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID/UFSM/2011.



Introdução

A educação, trás consigo muita esperança, afinal esta é capaz de modificar significativamente a realidade, de acordo com a maneira que a concebemos e a aplicamos (FREIRE, 1992). Portanto, o trabalho pedagógico das escolas deve estar fortemente engajado e comprometido em garantir uma verdadeira transformação da realidade. De acordo com as palavras de ARENDT (1972):

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fossem a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disto com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (1972, p.274).

Assim sendo, ressalta-se a razão de existir do ensino, tendo como grande desafio "incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação" (LIBÂNEO *et al.*, 2005, p.117). Logo, a escola pública, existe como instituição prestadora de um serviço essencial à sociedade, e quando os resultados alcançados pela escola coincidem com os que as famílias e a comunidade esperavam dela, sua identidade é reforçada e legitima-se seu papel social (NEVES, 1996).

Mediante este contexto, a escola deve elaborar uma proposta pedagógica juntamente com a comunidade escolar, pois só assim pode-se assegurar uma metodologia de trabalho que reflita em incremento da qualidade do ensino ministrado e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de n. 9394 dezembro de 1996, o Ministério da Educação regulamentou a gestão democrática das escolas públicas e propôs uma abrangente reforma educacional. Uma inovação importante da LDB fica explícita em seu artigo 12, que prevê que as instituições de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua



proposta pedagógica, ficando clara a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre a intencionalidade educativa. Além disso, nos artigos 13 e 14, a LDB destaca a necessidade de participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração de uma proposta pedagógica articulada com as políticas nacionais, com as diretrizes dos estados e municípios, levando em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino.

Mesmo que o projeto pedagógico seja um documento instituído e obrigatório perante a Legislação Brasileira, este não deve ser elaborado para cumprimento de normas meramente burocráticas (VEIGA, 2001). Afinal, a escola tem relativa autonomia de construção do projeto pedagógico, assim tendo possibilidade de delineá-lo conforme sua própria identidade. Logo, torna-se possível resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

O projeto político-pedagógico instituído por lei é um documento através do qual a escola, como um todo, organiza de maneira formal sua proposta de trabalho, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Resumidamente, este projeto delinea os principais fundamentos, orientações curriculares e organizações da escola. O conceito de Projeto Político-Pedagógico, de Vasconcelos (2004, p.169) é o seguinte:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Desta forma, a abordagem do projeto pedagógico deverá estar fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática pública e gratuita: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério. Porém, esse documento não visa simplesmente um rearranjo formal da escola, mas uma melhoria em todo o processo vivido. Deve ficar claro, que um projeto pedagógico bem elaborado não garante a transformação automática da escola em uma instituição de melhor qualidade, mas permite que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus



limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas (BUSSSMAN, 1995).

Sendo o projeto político-pedagógico fundamental ao funcionamento das instituições de ensino e, portanto, amplamente debatido nos programas de formação pedagógica, realizou-se um estudo para melhor compreensão deste documento. Além de desenvolver uma revisão das principais bibliografias que concedem a fundamentação teórica sobre o projeto pedagógico, analisou-se também o projeto de uma escola buscando observar como ocorre sua elaboração e execução na prática docente.

Metodologia

O trabalho foi executado pelos integrantes do subprojeto PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões. Observou-se o Projeto-Político-Pedagógico de uma Escola de Ensino Básico, vinculada à Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul em atividade no município de Palmeira das Missões, RS. A instituição atende principalmente alunos provenientes de uma comunidade onde há grande incidência de pobreza e exclusão social.

O estudo foi desenvolvido através de métodos quantitativo-descritivo, revisão bibliográfica, trabalho de campo e documental e abordou os seguintes aspectos do projeto político-pedagógico desta escola: definição, importância, regulamentação, organização, princípios norteadores, elaboração e execução.

Primeiramente, o grupo teve contato com o projeto político-pedagógico da escola que foi cedido pela instituição. Então procurou-se observar, registrar, analisar e interpretar as informações obtidas acerca do mesmo, de forma fiel e imparcial. Este estudo inicial foi realizado na própria Universidade, sem que houvesse contato com a Escola. Após, a pesquisa tomou caráter exploratório, e assim realizou-se a reflexão e síntese de forma mais assertiva resultante dos dados sondados e decompostos na análise do projeto político-pedagógico (ANDRADE, 1997).



O passo seguinte do estudo constitui-se da pesquisa de campo, onde realizamos uma visita à escola a fim de coletarmos dados relacionados à realidade escolar e assim relacioná-los a proposta pedagógica da escola. A pesquisa de campo foi utilizada com objetivo de recolher informações acerca da execução do projeto pedagógico e o contexto escolar, e assim comprovar, ou ainda, descobrir novas informações ou a relação entre eles (LAKATOS E MARCONI, 1991).

A visita à escola também teve a finalidade de coleta das informações a cerca dos sujeitos envolvidos na construção do projeto político pedagógico. Para isso, realizou-se um encontro do grupo com a coordenadora pedagógica para uma conversa informal a cerca dos seguintes tópicos: Quando o PPP é elaborado e por quê? Houve participação da comunidade escolar na elaboração do PPP? Há um tempo destinado para discussão do PPP na escola? Em que intervalo de tempo o PPP é atualizado? O que motiva essa alteração? Qual a função da escola segundo o PPP? Como a escola trabalha a educação inclusiva? O que foi mudado no PPP em relação ao ano anterior? Qual a proposta do PPP para elevar o nível da aprendizagem na escola? Existe alguma avaliação docente? Os laboratórios de Ciências e Informática são utilizados pelos professores e alunos? Como? Se não, quais os motivos?

A fase seguinte da pesquisa esteve relacionada com a busca do referencial teórico de autores que já se dedicaram a explorar o universo da temática que permeia as informações relacionadas ao projeto político-pedagógico. Esta fase trata-se da escolha e da definição das bases teóricas e conceituais utilizadas no estudo para contestação com os dados coletados, sendo um momento essencial da investigação (MINAYO, 1994).

Finalmente, realizou-se a análise de dados e materiais coletados, e assim os interpretamos por meio da categorização dos dados obtidos na realidade investigada. A metodologia de categorização consiste na organização dos dados, de forma que se possa tomar decisões e tirar conclusões a partir deles (GIL, 2002). Desta forma, foi possível sistematizar os resultados de maneira formal.



Resultados e Discussões

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sempre inacabado, se consolida e traduz de maneira singular as concepções e a organização das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento da instituição de ensino. Mas de forma geral, a análise do PPP da Escola e a conversa com a coordenação pedagógica permitiu a observação da função política e pedagógica deste documento. É fundamental ressaltar que a escola mantém-se firmemente engajada ao compromisso social de formar cidadãos participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos. Afinal, conforme GADOTTI (2000):

“... não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político, O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.” (GADOTTI, 2000, p. 34)

A escola, atualmente com mais de cinquenta anos de atuação, atende a aproximadamente novecentos alunos e está inserida em uma região economicamente menos favorecida, sendo um desafio implantar na população uma expectativa de melhores condições de vida e exercício da cidadania por meio da educação.

Deve-se lembrar de que é esse o compromisso do PPP com os interesses reais e coletivos da escola que materializa seu caráter político e pedagógico, já que de acordo com SAVIANI (1983) essas duas dimensões são indissociáveis ao afirmar que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983 p. 93).

Assim, a filosofia da escola defende uma educação libertadora e humanizante, que formará sujeitos participativos e ativos, comprometidos com a transformação social e a valorização dos diferentes saberes. A missão da escola é de proporcionar um ensino de qualidade, assegurando aos alunos uma educação crítica, participativa e de respeito ao próximo.

Para alcançar seus objetivos, a escola desenvolve uma metodologia de trabalho que visa estimular o pensamento, o conhecimento e a autonomia,



sendo o professor o responsável por orientar e desafiar mudanças de comportamento. Desta forma, a avaliação é um dos instrumentos importantes para averiguar se tais metodologias estão sendo eficazes no processo ensino-aprendizagem, levando ao replanejamento de atividades.

A escola procura manter seus profissionais sempre atualizados proporcionando momentos para trocas de experiências em reuniões, confraternizações, cursos, encontros e seminários estimulando sempre a formação continuada.

O Questionário sobre o PPP composto por dez questões foi respondido por um representante do corpo administrativo da escola. Nem todas as questões foram respondidas, porém pode-se obter uma visão geral da metodologia de elaboração e atualização do PPP da escola.

O primeiro questionamento procurava compreender quando se dava a elaboração e qual sua finalidade. Contudo obteve-se apenas a resposta de que o PPP é reformulado constantemente, sempre que surge necessidade. Essa ideia vai de acordo com os princípios de VEIGA (2001), que considera o PPP como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Afinal, a construção do PPP é uma oportunidade da Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e Comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem (LIBÂNEO, 1984). Já, a questão sobre a finalidade do PPP não foi esclarecida pelo sujeito respondente.

Questionou-se também sobre a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP, de modo que se obteve como resposta que a comunidade participa da elaboração do PPP sempre que há necessidade através de reuniões com o Conselho Escolar. A escola tem ciência de que este é um critério exigido na elaboração do PPP. Pois esta deve ser uma ação organizada e democrática que atenda as necessidades sociais e culturais da comunidade escolar. Esse ponto é bastante importante, pois para que o PPP seja expressão de um projeto coletivo, sua elaboração deve contar com a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar.



Ainda no aspecto de elaboração do PPP questionou-se sobre a existência de um espaço destinado à sua discussão que permita a participação da comunidade escolar. Soube-se então que a discussão com relação ao PPP não é tão frequente na escola. De acordo com a professora, a discussão do PPP ocorre esporadicamente, sempre que surge a necessidade de reformulá-lo. De acordo com VEIGA (2003), para que o PPP seja coletivo e integrador, é necessário, que em sua elaboração, execução e avaliação, seja estabelecido um clima de diálogo, de cooperação, de negociação, assegurando-se o direito de as pessoas intervirem e se comprometerem na tomada de decisões de todos os aspectos que afetam a vida da escola.

Procurou-se saber também quando o PPP era reformulado e quais as motivações para estas modificações. Observou-se que a reformulação do PPP ocorre principalmente por requisição dos órgãos superiores de Educação, os quais repassam as informações concernentes à política Nacional e Estadual. Assim, através desses órgãos a escola reformula o documento e faz as adequações necessárias, sempre que ocorre alguma mudança necessária a ser efetuada na escola.

Questionou-se como a escola trabalha a educação inclusiva. E a resposta foi que apesar desta ser uma discussão complexa, já existe proposta no PPP da escola para essa modalidade de ensino. Apesar disso, a escola está dando os primeiros passos com relação à inclusão, sendo que já disponibiliza a sala de recursos para alunos com dificuldades de aprendizagem, e assim está aos poucos se dedicando especificamente para a inclusão.

Em relação a avaliação docente, a escola conta com um conselho de classe onde ocorre a avaliação generalizada de professores e alunos da escola. Contudo, a avaliação docente individualizada especificamente não existe.

Sobre a existência de laboratórios de Ciências e Informática foi também levantada uma questão, procurando saber se estes estão em atividade e tem sido utilizados pelos professores e alunos. Neste sentido, evidenciou-se que apenas o laboratório de informática está em atividade, já que o laboratório de Ciências não apresenta materiais necessários à execução de aulas práticas.



Três das questões propostas não foram respondidas (Qual a função da escola segundo o PPP? O que foi mudado no PPP em relação ao ano anterior? Qual a proposta do PPP para elevar o nível da aprendizagem na escola?), contudo, com base nas demais respostas obtidas já foi possível realizar uma boa análise do PPP da escola.

A escola deve possuir uma identidade própria constituída segundo a sua realidade local e as teorias e diretrizes gerais da educação. Essa identidade nem sempre é reconhecida dentro da própria escola, que acaba reduzindo sua função ao simples repasse de conteúdos prontos e finalizados, sem relacioná-los com a comunidade que a frequenta. Dessa forma, o PPP deve explicitar uma concepção filosófica, retratando a visão de educação, de ser humano e de sociedade, além de organização administrativa e de ensino, os procedimentos pedagógicos, o processo de avaliação, o calendário letivo e como se dará a capacitação docente continuada.

Para VEIGA (1995), o PPP deve basear-se no que a escola possui de particular para definir com clareza e objetividade as necessidades que possui, e então superá-las.

Considerações Finais

O projeto político pedagógico constitui-se em instrumento essencial na mediação entre os objetivos informais dos sujeitos escolares e a sistematização formal de um planejamento que expresse suas reais intenções. Sendo que o projeto idealizado, executado e analisado coletivamente deveria ser um instrumento fundamental à gestão democrática e autonomia das instituições de ensino.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 1997.



ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. 1996. Disponível em: <http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>. Acesso em: 29/01/2012.

BUSSMAN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola, In: VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 24. ed. 1995.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron books, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GILL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da Escola Pública: Um Enfoque operacional.** In: VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papyrus, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1983.

VASCONCELOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Caderno Cedes, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, p. 11-36, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político pedagógico.** Campinas: Papyrus, 24. ed., p. 45-68,